



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **308ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 15 de outubro de 2024**

## ATA DA 308ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 15 de outubro de 2024

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b> MPS – Carlos Roberto Lupi SRGPS/MPS – Alessandro Pereira de Lordêllo INSS – Vanderlei Barbosa dos Santos CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva CONJUR/MPS – Victor Ozêda Alla Bernardino SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto SRPC/MPS – Tito Calvo Jachelli SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b> FS – Odair Antônio Bortoloso CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b> COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galletti CONTAG – Evandro José Morello	<b>Representantes dos Empregadores</b> CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Helio Queiroz da Silva CNA – Luiz Fabiano de Oliveira Rosa
<b>Palestrante/Convidado</b>  Débora Aparecida Floriano Eduardo Reis Matos  <b>Alessandro Pereira Lordêllo</b>	
<b>Ouvinte/Convidado</b>  Secretaria-Executiva – Thalyta Caroline Fernandes Vieira Secretaria-Executiva – Jorge Viana Secretaria-Executiva – Taynara Martins Cardoso Cerimonial – Cícero Laureano SINDNAPI – Maria Antônia Magalhães CNM – Antônio Mário de Oliveira SE- Osório Wilson Filho ANEPS – Fabíola Lucas da Silva SRGPS – Solange Stein CNM – Rodrigo Garrido Dias	

**I – ABERTURA**

Presidindo a mesa, o **Presidente, Sr. Carlos Lupi**, abriu a 308ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Anunciou o novo membro do CNPS: Rodrigo Garrido Dias, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Aprovou-se a ata da 307ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes.

**II – ORDEM DO DIA**

Instado o primeiro ponto de pauta: Apresentação da Licitação da Folha de Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS. O **Sr. Presidente** lembrou que a discussão era recorrente desde que assumiu o Ministério da Previdência Social, sendo que o assunto estava sendo aprofundado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desde o começo de 2024, e disse que a Sra. Débora Aparecida Floriano, Diretora de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, tinha condensado a proposta de Licitação da Folha de Pagamento de Benefícios e encaminhado para discussão pública. Afirmou que opiniões e sugestões seriam aceitas e que o resultado entraria em vigor em janeiro de 2025. Iniciando a apresentação, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** cumprimentou a todos e explicou que o leilão da folha de pagamento do INSS gerava uma renda anual de R\$ 6 bilhões para a Previdência Social, ao que o **Sr. Presidente** corrigiu que a renda era destinada ao Tesouro Nacional. O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** prosseguiu concordando e dizendo que estavam sendo feitas tratativas para que uma parte do valor futuramente fosse revertido à Previdência. Lembrou que o leilão precisava ser valorizado e analisado por se tratar da venda de um ativo e reiterou que outro objetivo do leilão era proporcionar um atendimento de qualidade aos segurados, inclusive aqueles de praças mais remotas e pouco atraentes. Acrescentou que a atratividade do objeto de licitação foi aprimorada com a retirada da noventena, que vedava o empréstimo para benefícios nos primeiros noventa dias após o seu deferimento, o que levou ao aumento do interesse pelos bancos. Explicou que, após os noventa dias, o empréstimo retornaria ao mercado, mantendo a competitividade, sendo que a prioridade vitalícia de empréstimos foi retirada por ofender o livre mercado, atendendo aos interesses públicos, dos beneficiários e dos bancos. Reafirmou não acreditar no prejuízo de competição devido às novas regras e disse que, se existir prejuízo, será muito pequeno. Ato seguinte, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** inicia sua fala sobre o pregão da folha de benefícios do INSS, explicando que o interesse público primário com a ação era garantir o pagamento de benefícios administrados pela pasta, conforme consta na missão institucional do Órgão. Falou que todo interesse público em uma licitação deve convergir com a finalidade do certame e que a contratação das instituições bancárias permite o atendimento do interesse público primário. Além disso, tratou sobre a eficiência administrativa gerada pelo processo, que resulta em arrecadação para o Estado. Anunciou que o certame em questão apresenta peculiaridades bastante específicas e seguiu explicando que a licitação não tem vencedor único, e sim uma ordem de preferência estabelecida entre as instituições financeiras para pagamento dos benefícios administrados pelo INSS. Acrescentou que a portabilidade de benefícios entre os bancos era permitida, assim como a contratação de mais de um banco. Relembrou que, até 2009, o

34 INSS remunerava os bancos para que eles pagassem os beneficiários, lógica invertida a partir do momento que a folha de  
35 pagamentos passou a ser vista como um ativo de alto valor e atratividade. Destacou que não faziam parte do objeto da  
36 contratação os pagamentos realizados no exterior, que contam com licitação própria, e em municípios onde os benefícios  
37 são pagos por um único órgão pagador. A seguir, abordou as premissas norteadoras da licitação, a começar pela  
38 necessidade de contratação de múltiplas instituições, dado o grande volume de benefícios e a capilaridade dos  
39 pagamentos. Mencionou as premissas quanto à garantia de gratuidade dos serviços básicos e à garantia de escolha da  
40 instituição pagadora através da portabilidade. Como resultados esperados da licitação, listou a manutenção da excelência  
41 no atendimento, tendo em vista o perfil dos beneficiários, e a fomentação da competição entre instituições financeiras,  
42 dado que o processo habilitaria mais de uma instituição. Então, explicou o modelo de licitação híbrido, que contém  
43 elementos do pregão e do credenciamento, o último estabelecido quando o órgão licitante pretende prover um serviço  
44 e, para isso, depende de prestadores de serviço, conforme a necessidade de alcance, da dimensão do objeto a ser  
45 prestado, porém, apresenta valores fixos para os contratos, o que, no caso da folha de benefícios, eliminaria a competição  
46 e poderia levar à redução da arrecadação. Resumiu o histórico de primeiros colocados nos três Pregões organizados até o  
47 momento, de 2009, 2014 e 2019, lembrando que os leilões são realizados a cada cinco anos. Continuamente, citou as  
48 informações relevantes para a competição, como a ordem e a recuperação de preferência, e explicou que os lances seriam  
49 sucessivos durante uma sessão pública, a ser realizada em 22 de outubro, em São Paulo. Então, o **Sr. Presidente**  
50 questionou se a ordem de preferência era ditada pelo preço e quais os principais critérios de desempate, ao que a **Sra.**  
51 **Débora Aparecida Floriano** confirmou que o primeiro quesito era o preço e que, para instituições com valores iguais, o  
52 desempate seria feito por meio de sorteio, mas que os empates eram raros. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca**  
53 lembrou que nem todas as instituições estavam presentes em todas as cidades e microrregiões, sendo que, caso a primeira  
54 colocada não tivesse presença física em alguma das regiões de determinado lote, seria convidada a assumi-lo a segunda  
55 colocada e, assim, sucessivamente. A **Sra. Débora Aparecida Floriano** reiterou que a presença física das instituições  
56 bancárias era obrigatória para assumir a cartela de pagamentos de determinado lote e que, caso a primeira colocada não  
57 cumpra o requisito, mesmo com valor melhor, passa-se para a segunda colocada assumir a região. Já o **Sr. Benedito**  
58 **Adalberto Brunca** acrescentou que a instituição financeira pode decidir abrir agências em determinada região ao ser a  
59 vencedora do leilão, resgatando a preferência do benefício, além de explicar que essa premissa garante o acesso dos  
60 beneficiários aos serviços bancários. Após, o **Sr. Presidente** questionou se não poderiam surgir problemas jurídicos em  
61 casos em que o primeiro colocado, com o melhor preço, perca determinada região por não ter agências físicas no local. O  
62 **Sr. Hélio Queiroz** concordou que os beneficiários precisam de atendimento de qualidade e fácil acesso aos bancos, porém  
63 não em detrimento da arrecadação. Indicou que o Edital favoreceria os grandes bancos, ao dar preferência às instituições  
64 financeiras com colocação inferior no leilão, mesmo diante dos casos em que o primeiro colocado tenha correspondentes  
65 bancários nas regiões abrangidas em determinado lote. Afirmou que tal critério prejudicaria os lances e sugeriu que os  
66 postos ou correspondentes bancários próprios substituíssem as agências enquanto critério para assumir a região.  
67 Subsequentemente, o **Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto** esclareceu que eram vários os tipos de correspondentes  
68 bancários, sendo que nem todos eram suficientes para garantir os diversos tipos de prestação de serviços disponíveis, que

69 precisariam ser detalhados no Edital para que a sugestão do Sr. Hélio Queiroz fosse acatada. Opinou que o fato do  
70 correspondente ser próprio ou exclusivo era menos importante do que a gama de serviços disponíveis. A **Sra. Débora**  
71 **Aparecida Floriano** insistiu que o interesse público primário a ser atendido com o processo era o pagamento dos benefícios  
72 para os segurados com efetividade e a proximidade do órgão pagador com o segurado, colocando a receita como requisito  
73 secundário da licitação. Sobre os correspondentes bancários, demonstrou preocupação com a fiscalização dos contratos,  
74 exemplificando que já foram indicados como correspondentes bancários comércios que obrigavam a compra de produtos  
75 para atendimento, o que apontou que fragilizava a imagem do INSS. Insistiu que o banco que faria os pagamentos em  
76 determinada região seria aquele com melhor tarifa, considerando todos os requisitos da licitação. Então, o **Sr. Hélio**  
77 **Queiroz** concordou que o objetivo não era o sucateamento dos serviços prestados, mas que as combinações dos lances  
78 entre as instituições também precisam ser coibidas. Insistiu que os correspondentes bancários precisariam ser próprios e  
79 exclusivos do banco e oferecer os mesmos serviços de uma agência, indicando que as alterações propostas levariam ao  
80 leilão de maior valor da história. Na sequência, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** mencionou o processo de definição da  
81 licitação e sua evolução, indicando que, no Pregão de 2019, aumentou a diversidade de pagadores, e disse que os bancos  
82 tendem a expandir seus alcances uma vez que vencem o pregão. Insistiu que a disponibilização dos pagamentos em locais  
83 próximos às residências era prioridade e que o processo foi analisado amplamente pelo Tribunal de Contas da União.  
84 Arrazoou que não se pode obrigar que a instituição que deu o maior lance tenha unidades em todas as microrregiões do  
85 lote, uma vez que a abertura de agências depende da estratégia da instituição. O **Sr. Presidente** concordou que o raio de  
86 deslocamento precisa ser considerado, uma vez que o conceito de microrregião difere pelo país, e sugeriu obrigar o  
87 segundo colocado a praticar o valor proposto pelo primeiro. Então, o **Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto** lembrou que o  
88 Edital do leilão já tinha sido publicado. A seguir, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** registrou a riqueza dos debates e  
89 reiterou que não existia nenhuma outra contratação similar ao pregão da folha de benefícios. Mencionou que precisaria  
90 ser considerada a capacidade operacional de administração dos correspondentes bancários do país, caso fosse feita uma  
91 mudança no critério, assegurando que foram pensadas todas as regras de negócios na elaboração do Edital. Resumiu que  
92 o processo foi construído pensando no interesse primário de proximidade com o beneficiário, no interesse secundário da  
93 arrecadação e considerando a capacidade operacional. Sugeriu encaminhar a proposta do Sr. Hélio Queiroz internamente,  
94 ao final da reunião. Ato seguinte, retomou a apresentação com a explanação das informações relevantes para a  
95 competição, como a estimativa mensal de 437 mil benefícios concedidos, dos quais 46% são permanentes e cujo valor  
96 médio é de R\$ 1.824,67. Apontou como dado relevante que 88% dos beneficiários não pedem a portabilidade, o que  
97 impacta na atratividade do leilão. Sobre a precificação, explicou a determinação dos preços mínimos com base nos valores  
98 do Pregão de 2019 reajustados; a revisão de preços do estoque de benefícios concedidos até 2009, que ainda não foram  
99 objeto de licitação, mas que seriam estudados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e a metodologia de  
100 cálculo de um percentual médio entre os valores máximo e mínimo registrados no pregão anterior, com média de variação  
101 de 25,7%. Acrescentou que foram corrigidas as distorções e assegurou-se que o valor mínimo do lote não se distancie  
102 excessivamente do valor máximo do mesmo lote. Explicou que, no primeiro leilão, ainda não se tinha dimensão do valor  
103 real dos lotes, mas que, atualmente, havia uma segurança para estabelecimento dos valores. Citou as seguintes

ponderações técnicas como a precificação: o INSS adota valores mínimos, de onde partem os lances até o resultado final de preços diferenciados, ordenados de forma decrescente, por lote; municípios, Estados e Tribunais que licitam folhas de pagamento adotaram sistemática diferente, similar ao pregão puro, onde a instituição financeira que oferece o maior valor global sagra-se vencedora e presta os serviços com exclusividade, sendo esta sistemática inviável para o INSS e, portanto, impossibilita uma comparação fidedigna de resultado; as características não comparáveis quanto à renda média (*ticket*); a folha de benefícios não é comparável às folhas de servidores públicos, uma vez que as características de ambas refletem de formas diferentes na razão da atratividade do certame. Tratou das regras de contratação, como a vigência dos contratos durante 20 anos e a composição do estoque de benefícios. Listou as principais novidades do pregão, a saber: exigência de que os órgãos pagadores possuam, no mínimo, um caixa eletrônico ou físico para o pagamento dos benefícios; “superação” da noventena do empréstimo consignado para o primeiro Órgão Pagador. O **Sr. Presidente** destacou a premissa de que a instituição financeira possa ter um caixa eletrônico na microrregião para efetuar os pagamentos. Continuamente, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** listou os lotes da licitação, agradece a atenção e se coloca à disposição. Iniciando as manifestações, o **Sr. Evandro José Morello**, CONTAG, abordou os problemas enfrentados pelos beneficiários, primeiramente quanto à limitação do atendimento bancário nos municípios do interior. Sobre o pagamento dos benefícios, relatou os casos em que o beneficiário se desloca de locais distantes para descobrir que o correspondente bancário não tinha recurso para realizar o pagamento, pedindo soluções imediatas. Citou que, em muitos casos, os beneficiários são condicionados a abrir uma conta corrente taxada para receber o primeiro pagamento, pedindo que a prática seja coibida. Em resposta, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** esclareceu que os esforços da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão e da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística para penalizar bancos que adotam práticas como a mencionada são contínuos. Quanto à capilarização da rede de atendimento para proporcionar o mínimo possível de deslocamento do segurado, concordou que ainda havia muito para evoluir, o que perpassava por diversas regras de negócios. Posteriormente, o **Sr. Presidente** registrou que o Sr. Adroaldo da Cunha Portal solicitou que sua apresentação fosse adiada para a reunião subsequente, o que foi acatado. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** complementou que um em cada três beneficiários do INSS recebiam seus pagamentos através de cartão magnético e sem abrir uma conta, sendo que a abertura de conta é uma opção, não uma imposição. Relatou que, em 2009, 300 municípios não tinham instituições financeiras, situação que foi erradicada, e reiterou que a escolha individual supera a licitação através da portabilidade. Após, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** se disse incomodada com o fim da noventena, justificando que todos os debates em torno dos empréstimos consignados foram desconsiderados pela ação e que os trabalhos relativos ao bloqueio, que diminuiu o assédio das instituições financeiras, também seria prejudicado. Refletiu que, embora exista a premissa da portabilidade, 88% das pessoas não mudam de banco, o que afronta a livre concorrência, e reiterou que o fim da noventena deveria ter sido debatido de antemão no CNPS. Questionou se a questão não apresentaria problemas na autorregulamentação feita pelos bancos e pediu que a sistemática fosse analisada com calma e cuidado, visando não apenas a arrecadação. Então, o **Sr. Presidente** lembrou que o CNPS não é gestor do INSS, e sim um órgão deliberativo da política pública da Previdência Social, sendo que o responsável no âmbito civil e criminal é o Gestor, o Presidente do INSS e o Ministro da Previdência. Concordou que o debate poderia ter sido pautado anteriormente. Com

a palavra, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** endossou que o Edital deveria ter sido debatido mais a fundo no Conselho, especialmente quanto às decisões expressivas, como a noventena. A respeito dos correspondentes bancários, pediu aprofundamento da pauta e a melhor compreensão do termo, argumentando que houve uma generalização do uso da nomenclatura. Sugeriu que fosse considerada a proteção do segurado, tendo em vista o assédio supramencionado, situação agravada nos municípios de pequeno porte. O **Sr. Presidente** propôs que a pauta seja abordada em uma reunião extraordinária com a presença de representantes das instituições, para criação de uma norma de conduta acordada entre as partes, uma vez que fossem apresentados os vencedores do leilão. Continuamente, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** reafirmou seu papel de membro e questionador das decisões e lembrou que o debate do consignado é muito caro para a pasta. Ato seguinte, o **Sr. Rafael Baldi da Silva** respondeu que analisaria as colocações do Sr. Evandro José Morello e disse que a venda casada era uma pauta cara, que merecia atenção, pedindo que os casos fossem denunciados. Tratou sobre a precificação do pregão, questionando se a queda da taxa de juros do empréstimo consignado tinha sido considerada no estudo, uma vez que foi debatida no CNPS a viabilidade do produto e a redução da sua rentabilidade. Perguntou, ainda, quando o debate da taxa de juros seria retomado, tendo em vista a situação atual da SELIC. Na sequência, o **Sr. Rolando Medeiros** indagou qual seria o valor estimado que se pretendia arrecadar com o Pregão. Interrompendo, o **Sr. Presidente** lembrou que foi feita uma consulta pública a respeito da licitação, indicando que as informações não foram escondidas e que a apresentação ao Conselho apenas reforçou a publicitação do processo. O **Sr. Rolando Medeiros** complementou que sua pergunta foi devido ao discurso constante que muito se gasta com a Previdência Social, sendo relevante entender quanto ela arrecada. Sobre a noventena, pediu detalhes do funcionamento da regra e solicitou que, futuramente, os eventos pertinentes ao Conselho sejam comunicados com antecedência, permitindo a participação dos(as) conselheiros(as). Na sequência, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** indagou à Sra. Débora Aparecida Floriano sobre o dia, o horário e o local do Pregão, demonstrando interesse em acompanhar. A **Sra. Débora Aparecida Floriano** concordou com a relevância das denúncias de venda casada e esclareceu que a licitação apresenta um comprometimento de informações que pode afetar a atratividade do mercado, entretanto poderiam ser pensados protocolos de intenção e ajustamentos de conduta em parceria com a rede bancária, de modo a propiciar o melhor atendimento aos beneficiários. Reafirmou que não havia comprometimento do certame neste sentido por enquanto, confirmou que a consulta pública durou quase dois meses e recolheu um grande número de colaborações, muitas das quais tinham sido acolhidas. Desculpou-se pela ausência da temática do beneficiário na apresentação. O **Sr. Presidente** concordou que as regras de conduta deveriam ser pautadas no CNPS, indicando que ainda estava em tempo. Continuamente, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** lembrou que os contratos dos pregões anteriores também eram passíveis de melhoramento. Sobre a estimativa de arrecadação, explicou que foram feitas simulações, mas que se compreendeu não ser prudente apresentar os dados estimados para não gerar expectativas passíveis de frustração, inclusive para o próprio mercado. Com a palavra, o **Sr. Vanderlei** contextualizou a alteração da noventena, partindo da premissa que se aplica a benefícios permanentes e que a regra de 90 dias de bloqueio foi criada para evitar o assédio exacerbado das instituições bancárias. Elucidou que a noventena teve como efeito colateral o direcionamento de beneficiários para formas mais caras de empréstimo e que as pessoas passam a ser vítimas do assédio das instituições após o prazo de 90 dias. Somou que, de acordo com a nova regra, nos primeiros 90 dias após a concessão

do benefício, a portabilidade ficaria bloqueada caso o beneficiário faça um empréstimo. Apontou para uma possível redução da taxa de empréstimo e reiterou que a opção de crédito consignado segue bloqueada até que o beneficiário demonstre o desejo de desbloqueá-la. Após, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** perguntou se o prazo do consignado tinha sido aumentado de 84 para 94, ao que o **Sr. Presidente** respondeu que não. Já o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** insistiu que, passada a licitação, o CNPS deveria receber a informação quanto ao total arrecadado. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** lembrou que na aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2025 constava o montante já arrecadado, incluindo a reclamação quanto a não destinação do valor para o próprio INSS. O **Sr. Presidente** retomou a questão sobre o crédito consignado, cujas taxas foram mantidas nas três últimas reuniões, propondo que o tema seja abordado pelo Grupo Técnico, uma vez que a demanda anterior do próprio Conselho foi por debates voltados aos demais assuntos da pasta que não apenas as taxas. Pediu que, logo que forem declarados os vencedores da licitação, sejam convidados para uma reunião do Conselho para discutir a defesa dos direitos dos cidadãos. Ato contínuo, o **Sr. Evandro José Morello** propôs o encaminhamento para convocação de uma reunião com os vencedores do leilão para pensar em parâmetros de atendimento e ações de defesa dos beneficiários, especialmente os mais vulneráveis. Por fim, a **Sra. Débora Aparecida Floriano** confirmou que o leilão aconteceria no dia 22 de outubro, a partir das 10h, na Superintendência Regional, Viaduto Santa Ifigênia, nº 266, São Paulo/SP. Questionado pelo **Sr. Hélio Queiroz** quanto aos apontamentos feitos, o **Sr. Presidente** lembrou que o prazo legal para alterações no Edital tinha se esgotado e a **Sra. Débora Aparecida Floriano** confirmou que possíveis alterações suspenderiam o leilão e deveriam ser analisadas pela Consultoria Jurídica, entretanto inviabilizariam o início da vigência dos novos contratos para janeiro de 2025. Ato seguinte, o **Sr. Presidente** anunciou o próximo ponto de pauta: Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – Vigência 2025, pedindo que o Sr. Benedito Adalberto Brunca assumisse a coordenação da reunião e despedindo-se de todos(as) os(as) presentes. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** agradeceu a apresentação da Sra. Débora Aparecida Floriano e os esclarecimentos do Sr. Vanderlei. Com a palavra, o **Sr. Alessandro Pereira Lordêllo** explicou que a pauta já estava regulamentada e que o objetivo era apresentar os resultados de 2022 e 2023, com dados coletados pelo INSS e processados pela Dataprev. Falou sobre o histórico legal do Seguro Contra Acidentes de Trabalho (SAT), que iniciou com a premissa de acréscimo de 1%, 2% ou 3% sobre a massa salarial, como forma de custeio dos benefícios por incapacidade, pensão por morte, entre outros, posteriormente aumentando a porcentagem para 6%, 9% e 12%, no caso de trabalhadores expostos a, riscos físicos, químicos e biológicos. Sobre o FAP, disse que foi instaurado por uma legislação de 2003, que entendeu que a arrecadação poderia ser modulada e aplicou o sistema Bônus-Malus, onde as empresas que propiciam ambiente seguro de trabalho garantem uma redução na alíquota de cobrança do risco do trabalho. Explicou que a Portaria Interministerial sobre o FAP tinha sido publicada em setembro devido à necessidade de anterioridade nonagesimal para cobrança de tributos a partir de janeiro de 2025. Portanto, as colaborações seriam consideradas para o ano seguinte. Resumiu que 30% dos estabelecimentos do Brasil eram monitorados quanto ao SAT, correspondentes a 66% dos vínculos empregatícios e 77% da massa salarial do País. A seguir, o **Sr. Eduardo Reis Matos** resumiu a metodologia de cálculo do FAP, baseada nas informações dos dois anos anteriores ao cálculo e nos dados do INSS. Mencionou os índices de frequência, gravidade e custo, utilizados no cálculo do FAP, precedentes dos cálculos dos percentis e do índice composto por atividade econômica,



chegando-se ao FAP final, que varia entre 0,5 a 2. Anunciou os resultados do FAP para a vigência de 2025, que totalizou 3,3 milhões de estabelecimentos cujo FAP foi calculado, dos quais 3,1 milhões estavam na faixa Bônus, que representa diminuição nos seguros de acidente de trabalho; 70 mil estabelecimentos ficaram com FAP neutro; e 131 mil entraram na faixa Malus. Comparou os dados desde 2014, que apontaram para estabilidade a partir de 2018. Acrescentou que o FAP tinha sido divulgado pela Portaria Interministerial do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Fazenda MPS/MF nº 4, de 10 de setembro de 2024, que as empresas poderiam consultar as informações via gov.br e que a contestação poderia ser requisitada entre 1º e 30 de novembro de 2024 e seria analisada pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Complementando, o Sr. **Alessandro Pereira Lordêllo** disse que o efeito suspensivo da contestação tinha sido retirado, dada a celeridade apresentada na análise dos recursos pelo CRPS. O Sr. **Eduardo Reis Matos** falou sobre a melhora do sistema da FAP e apresentou o *link* para acesso ao material. Iniciando as manifestações, a Sra. **Tônia Andrea Inocentini Galleti** agradeceu a apresentação e afirmou que o tema não reflete o dispêndio das empresas para melhorar o ambiente laboral, informando que a intenção inicial era que as empresas investissem na proteção e segurança dos trabalhadores, mas que os casos de acidentes e mortes no trabalho continuaram em patamares elevados, o que poderia indicar a inefetividade do formato de tributação, que deixou de ter o caráter educativo e incentivador e passou a ser meramente punitivo. Questionou se haveria espaço do CNPS para discussão do tema e criticou que as empresas foram aglomeradas devido à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Em resposta, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** disse que o FAP foi regulamentado por uma Resolução do CNPS e que a metodologia sempre apresentou desafios. Relatou que a última alteração significativa tinha sido feita em 2014 quanto aos acidentes de trajeto e pediu que o apontamento feito seja encaminhado para uma análise aprofundada e, possivelmente, resultar em alterações através do CNPS para o ano seguinte. O Sr. **Alessandro Pereira Lordêllo** agradeceu as colaborações e declarou que o FAP mitiga os riscos uma vez que, apesar de levar o CNAE em consideração, a análise é feita por CNPJ. Complementando, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** mencionou outra mudança na metodologia do FAP, quanto à introdução do cálculo por estabelecimento, não mais por CNPJ raiz, alteração feita em função de decisões judiciais. A seguir, o Sr. **Odair Antônio Bortoloso** citou a reforma trabalhista de 2017, que levou à perda de alguns benefícios relativos à segurança no trabalho, e questionou a respeito das alíquotas pagas pelas empresas que geram aposentadorias especiais. Então, o Sr. **Alessandro Pereira Lordêllo** respondeu que se tratava de uma lei de 1998, que impôs as alíquotas de 6%, 9% e 12%, de acordo com o número de anos trabalhados, e afirmou que as empresas pagavam os valores devidos, embora fosse necessária a fiscalização. Acrescentou que a instauração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) facilitou tanto o acompanhamento dos trabalhadores quanto as fiscalizações. O Sr. **Benedito Adalberto Brunca** complementa que a lei referida era a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Subsequentemente, o Sr. **Odair Antônio Bortoloso** indicou que muitas empresas não declaram a insalubridade dos trabalhos desenvolvidos e o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que a questão não é quanto à insalubridade, mas sim os riscos físicos, químicos e biológicos, que dão direito às aposentadorias especiais. O Sr. **Alessandro Pereira Lordêllo** afirmou que a lista de riscos poderia ser consultada no Anexo 4 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 e que a Lei à qual se referiu foi a nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Por fim, o Sr.

243 **Benedito Adalberto Brunca** lembrou que os movimentos sindicais devem atuar na fiscalização de preenchimento dos  
244 PPPs. Agradeceu a apresentação do Sr. Alessandro Pereira Lordêllo e do Sr. Eduardo Reis Matos.

245 **III – ENCERRAMENTO**

246 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** deu por encerrada a 308ª  
247 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado,  
248 eu, Thalyta Caroline Fernandes, Coordenadora de Apoio Administrativo, lavrei a presente Ata, que após lida e achada  
249 conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 15 de outubro de 2024.